

Potencializando a EJA: ações pedagógicas para uma educação antirracista.

Allison Pintos Sabedra¹

Luis Mikael dos Santos Santander²

Julia da Rosa Pires³

Eduarda da Silva Quevedo⁴

Marta Iris Camargo Messias da Silveira⁵

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo abordar a implementação efetiva da Lei Federal 10.639/03; este aparato legal altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB no seu artigo 26A, determinando a obrigatoriedade da inserção da história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica, em escolas das redes públicas e privadas. Esta legislação cumpre importante papel na promoção da Educação para as Relações Étnico-raciais, atendendo uma demanda histórica do movimento social negro. A norma também institui a data de 20 de novembro como o “Dia Nacional da Consciência Negra” em alusão à “imortalidade” de Zumbi dos Palmares. Este trabalho caracteriza-se como um relato de experiência desenvolvida de forma teórico-prática, objetivando uma Educação Antirracista na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em uma escola da rede municipal em Uruguaiana/RS. Para tanto, foi realizado um curso de formação com os integrantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), onde foram realizadas oficinas de dança afro, história e cultura de Matriz Africana, confecção de bonecas *Abayomi*, rodas de conversa, oficinas de Rap e poesia de rua. Essa primeira etapa da formação teve como intuito instrumentalizar os (as) acadêmicos (as), visando posteriormente desenvolver as dinâmicas em sala de aula. Em um segundo momento, as atividades foram desenvolvidas diretamente na escola com os (as) alunos (as) da EJA no período noturno. As atividades tiveram grande participação e interação entre os (as) acadêmicos (as), alunos (as) e professores (as), os quais além de realizarem as atividades propostas, também puderam relatar suas experiências de vida. Observou-se que ao levar de forma lúdica e inovadora o processo de ensino da cultura afro-brasileira a um contexto socialmente desfavorecido, contribui-se para o entendimento das desigualdades étnico-raciais e o combate ao racismo, rompendo com os silenciamentos sociais e raciais históricos.

Palavras-chave: EJA, Educação antirracista, Lei Federal 10.639/03.

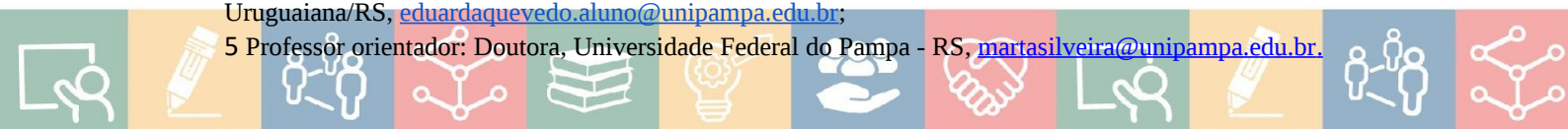
1 Professor Educação Básica - EMEF Moacyr R. Martins - Uruguaiana -RS, allisonsabedra@unipampa.edu.br

2 Graduando no Curso de Licenciatura em Educação Física, da Universidade Federal do Pampa - Unipampa, Uruguaiana/RS, luissantander.aluno@unipampa.edu.br;

3 Graduanda no Curso de Licenciatura em Educação Física, da Universidade Federal do Pampa - Unipampa, Uruguaiana/RS, juliapires.aluno@unipampa.edu.br;

4 Graduanda no Curso de Licenciatura em Educação Física, da Universidade Federal do Pampa - Unipampa, Uruguaiana/RS, eduardaquevedo.aluno@unipampa.edu.br;

5 Professor orientador: Doutora, Universidade Federal do Pampa - RS, martasilveira@unipampa.edu.br.



INTRODUÇÃO

A implementação efetiva da Lei Federal 10.639/03 representa um marco na construção de uma educação voltada para a valorização da história e cultura africana e afro-brasileira. Essa legislação altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), tornando obrigatória a inserção desses temas no currículo da educação básica, tanto em escolas públicas quanto privadas. Além disso, a norma estabelece o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra, em homenagem à luta e resistência de Zumbi dos Palmares. Nesse contexto, o mês de novembro passou a ser conhecido como Novembro Negro, período em que diversas instituições promovem atividades voltadas à valorização da cultura afro-brasileira, ao combate ao racismo e à conscientização sobre a importância da equidade racial na sociedade.

Este trabalho tem como objetivo relatar uma experiência teórico-prática voltada à promoção da Educação para as Relações Étnico-Raciais e à construção de uma Educação Antirracista na Educação de Jovens e Adultos (EJA), desenvolvida em uma escola da rede municipal de Uruguaiana/RS. A EJA atende estudantes que não concluíram a educação básica na idade regular, sendo composta, em sua maioria, por trabalhadores e indivíduos que enfrentam desafios sociais e econômicos. Considerando que muitos desses alunos tiveram um ensino historicamente excludente e pouco representativo, trabalhar a cultura e a história afro-brasileira nessa modalidade é essencial para resgatar identidades e promover uma educação mais inclusiva.

Ao desenvolvermos atividade do Novembro Negro, entendemos o espaço destinado para a valorização histórica da batalha contra o racismo, compreendendo-se como parte de sociedade que desvaloriza estes espaços de luta antirracista.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um relato de experiência dos integrantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), do núcleo de Educação Física da Universidade Federal do Pampa, campus Uruguaiana, realizada no mês de novembro de 2024.

O relato de experiência é um recurso que consiste em uma maneira visual esteticamente agradável e sistemática, de apresentar as relações entre intervenção e



efeito, sendo, portanto, um recurso metodológico para planejamento, monitoramento e avaliação de uma intervenção (COOKSY, 2001).

Inicialmente foi realizado um curso de formação com os integrantes do programa onde foram abordados diversos temas da educação antirracista, tais como danças, confecção de bonecas Abayomi, máscaras africanas e brincadeiras africanas e outras.



Curso de formação.

Fonte: Autores.

Após esta formação foi realizada uma oficina prática na Escola Municipal de Ensino Fundamental Moacyr Ramos Martins, com os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) onde foram desenvolvidas as temáticas previamente abordadas.

Durante a formação e a oficina também foi disponibilizada uma feira com materiais e obras didáticas sobre a temática, com o objetivo de incentivar os participantes a buscarem novas estratégias para o desenvolvimento de futuras intervenções.





Oficina prática sobre educação antirracista na escola.

Fonte: Autores.

REFERENCIAL TEÓRICO

O racismo no Brasil é um fenômeno histórico que se manifesta de diversas formas em nossa sociedade, embora tenhamos notado muitas evoluções na busca de sua erradicação, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que tenhamos um país com igualdade racial e justiça social.

Além dos avanços legais e dos inúmeros movimentos sociais que lutam por um país mais igualitário, um dos caminhos que se apresenta como mais promissor para que esta luta consiga avançar é na educação, pois através dela podemos formar novas gerações com uma visão mais humana.

Neste contexto surge a educação antirracista, que consiste em uma prática pedagógica que visa combater o racismo e promover a igualdade racial por meio da



valorização da história, cultura e identidade dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas (GOMES, 2012).

Para o desenvolvimento da temática no ambiente escolar, faz-se necessário um planejamento que envolva a criação de materiais didáticos e práticas pedagógicas condizentes com os contextos educativos, dentre os conteúdos a serem trabalhados podemos sugerir a história e cultura afro-brasileira e indígena, racismo estrutural, políticas antirracistas, ações afirmativas e outros.

Além destes estudos com vários conteúdos, também é necessária uma adaptação curricular com o local onde serão desenvolvidas as atividades, pois cada realidade exige uma preparação apropriada.

Em um país caracterizado pela desigualdade social, a educação parece demonstrar de forma mais clara estas injustiças, pois as comunidades mais desfavorecidas não conseguem acessar nem manter-se por longos períodos nas escolas.

Nos anos 90, nosso país conseguiu universalizar o ensino fundamental, porém até chegar nisso, formou-se um grande passivo de jovens que não tiveram acesso à educação. Conforme o Censo Escolar de 1992, 75% dos jovens de 15 a 17 anos não tinham concluído o ensino fundamental, 81,3% dos jovens de 18 a 24 anos não tinham concluído o ensino médio. Ao fazermos uma análise mais distante, verificamos que em 1970, 33,6% da população adulta era analfabeta, ou seja, $\frac{1}{3}$ de nosso país não sabiam ler nem escrever.

Estes dados demonstram a importância da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como uma alternativa de diminuição deste déficit educacional em nosso país. Conforme a lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a EJA é uma modalidade de ensino fundamental e médio destinada a quem não teve acesso à escola na idade certa. Esta modalidade de ensino é destinada a atender jovens e adultos analfabetos, com baixa escolaridade, atraso escolar e também procura realizar um resgate do tempo e das oportunidades educacionais não assegurados na idade certa.

Além da falta de estudo, o público que procura a EJA são geralmente pessoas em maior condição de exclusão social. Conforme a PNAD 2023, considerando a população de 15 a 39 anos, 75% dos analfabetos nesta faixa etária viviam com renda inferior a meio salário-mínimo até no máximo um salário mínimo.

Outro ponto a ser destacado quando analisamos o tipo de sujeitos que necessitam



acessar a EJA é a questão racial, pois em um estudo na cidade de São Paulo verificou-se que o analfabetismo atingia 3,2% da população branca e 6,5% da população negra, ou seja, havia o dobro de analfabetos negros (CATELLI JR. 2024).

Diante das realidades acima expostas, é pertinente nos questionarmos qual tipo de educação deve ser desenvolvida com este público de jovens e adultos que é vítima do racismo estrutural vigente em nosso país?

Acreditamos que a escola é o lugar ideal para desenvolvermos uma educação que não reproduza práticas excludentes, a escola deve ser uma espaço de reflexão e criação de novos modelos alinhados com um maior justiça social, encontrando nesta linha um grande apoio na educação antirracista.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atividades pedagógicas desenvolvidas no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA) revelaram-se eficazes na promoção de uma educação antirracista, ao integrar práticas que abordam a história e cultura afro-brasileira de maneira lúdica e inovadora.

Oficinas de dança afro, confecção de bonecas Abayomi, rodas de conversa, entre outras atividades, proporcionaram um ambiente de aprendizagem dinâmico e inclusivo, que possibilitou aos alunos não apenas o contato com essas manifestações culturais, mas também a reflexão crítica sobre questões étnico-raciais.

A interação entre acadêmicos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência e os estudantes da EJA fortaleceu a construção de saberes coletivos, consolidando a ideia de que a escola deve ser um espaço de valorização da diversidade e de questionamento das estruturas discriminatórias presentes na sociedade.

Observou-se, também, que a abordagem de temas como racismo estrutural e desigualdade social contribuiu para o desenvolvimento de uma maior consciência racial nos alunos, facilitando a compreensão das disparidades históricas que marcam a experiência dos negros no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A experiência pedagógica relatada neste estudo demonstra que a implementação de práticas antirracistas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A integração da cultura afro-brasileira no currículo da EJA não apenas fortalece a identidade dos alunos, como também promove a reflexão sobre as desigualdades raciais presentes na sociedade.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência desempenhou um papel crucial na formação de acadêmicos e na criação de metodologias didáticas que aproximaram os conhecimentos teóricos das vivências cotidianas dos estudantes. Além disso, as atividades propostas, ao serem desenvolvidas de forma interativa e participativa, contribuíram para a formação de um ambiente educativo mais inclusivo, estimulando a empatia e o respeito à diversidade.

Por fim, destaca-se que, para que a educação antirracista seja efetivamente incorporada ao processo educativo, é necessário um comprometimento contínuo de todos os envolvidos, visando sempre o fortalecimento da igualdade racial nas práticas pedagógicas.

AGRADECIMENTOS

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

REFERÊNCIAS

CASTRO, P. A.; SOUSA ALVES, C. O.. Formação Docente e Práticas Pedagógicas Inclusivas. **E-Mosaicos**, V. 7, P. 3-25, 2019.

BAPTISTA, C. R. *et al.* Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. 2 ed. Porto Alegre: **Mediação**, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>.

CATELLI JR., R. **Educação de Jovens e Adultos: das concepções à sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2024.



COOKSY LJ; GILL P; KELLY PA. **The program logic model as an integrative framework for a multimethod evaluation.** Eval Program Plann. 2001; 24:119-28.

GOMES, N. L. **Educação e Identidade Negra.** Belo Horizonte: Mazza Edições 2012.

